

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

PERSPECTIVA CRÍTICA DE VALORIZAÇÃO AMBIENTAL, CULTURAL E TURÍSTICA DA AMAZÔNIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE BASE LOCAL

**Rebecca de Nazareth Costa Cisne¹
Edegar Luis Tomazzoni²**

RESUMO: Em âmbito mundial, a Amazônia ganha destaque, principalmente, por sua rica biodiversidade. A Amazônia não se limita a uma área de cerca de quatro milhões de quilômetros quadrados de floresta, considerada “pulmão do mundo”. No Brasil, constitui uma região que reúne nove estados. As riquezas suas de fauna e de flora ainda não são totalmente conhecidas. Tampouco se reconhece a heterogeneidade cultural e identitária de seus povos tradicionais. Em razão da grande repercussão dos debates ambientalistas, sua dimensão sociocultural perde espaço. Este artigo tem como objetivo mostrar que a Amazônia, além de seu valor como reserva natural, é uma região que abriga povos, cujos valores, culturas e identidades são esquecidos, relativamente a questões como o desmatamento, por exemplo. Apresentam-se relatos de amazônidas do município de São João de Pirabas, município do interior do estado do Pará. Os depoimentos foram coletados no período de 2004 a 2007 por meio de pesquisa de campo no município. Conclui-se que turismo pode contribuir para a valorização das manifestações culturais e para a preservação do meio ambiente. Além de contribuir para a solução dos problemas ambientais, a atividade turística deve ser estratégia de compreensão do homem amazônico, valorizando sua cultura, identidade e o capital social, por meio do fortalecimento da consciência de pertencimento e de propriedade do território amazônico pelo autóctone.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia. São João de Pirabas (PA). Identidade. Cultura. Valor. Turismo

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia é foco de constantes e significativos debates, palestras, pesquisas e estudos, em âmbito mundial. Em geral, o destaque, principalmente nos canais midiáticos, relaciona-se à preservação, queimadas, desmatamentos, extração ilegal de madeira. As questões que envolvem o cenário amazônico, no entanto, vão além dessas. A Amazônia não se limita a uma área de cerca de quatro milhões de quilômetros quadrados de floresta, considerada como “pulmão do mundo”. A Amazônia (brasileira) é uma região que reúne nove estados, em que sete compõem a região Norte em sua totalidade, além do Maranhão (Nordeste) e Mato Grosso (Centro-Oeste). Sua rica biodiversidade de fauna e flora ainda não

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, Especializanda em Ensino e Aprendizagem de Segunda Língua – Inglês da Universidade de Caxias do Sul. Bacharel em Turismo <rebeccacisne@gmail.com>

2 Doutor em Turismo, com Ênfase em Desenvolvimento Regional, pelo Programa de Pós-graduação da ECA - Escola de Comunicação e Artes da USP. Professor do Programa de Pós-Graduação - PPGTUR, Mestrado em Turismo da UCS - Universidade de Caxias do Sul. <eltomazz@ucs.br>

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

é totalmente conhecida. Tampouco se reconhece a heterogeneidade cultural e identitária de seus povos tradicionais.

A região abriga comunidades, cuja identidade cultural manifesta-se em folclore, com danças de origem indígena, que evocam características dos povos africano e europeu, do período da colonização, e características nordestinas do período áureo do extrativismo do século XIX. São modos de vida peculiares e estrutura social heterogênea. Em razão desses aspectos culturais, os povos locais instigam curiosidades e fascinam visitantes. Em razão disso, a Amazônia apresenta-se como uma região de forte potencial para desenvolvimento da atividade turística.

É importante que o turismo seja compreendido com base no planejamento e na gestão de sua sustentabilidade, considerando perspectivas de médio e longo prazos. Como relevante atividade humana, o turismo pode desenvolver-se em processo endógeno, tendo por razão e fundamento a essência da natureza. Nessa perspectiva, deve-se considerar que o mau uso dos recursos - em especial dos recursos naturais - da Amazônia, causa diversas consequências negativas, como alterações dos ecossistemas e desequilíbrios socioeconômicos. A exploração inadequada representa perda de fatores de produção, e, com o esgotamento dos recursos naturais, pequenos produtores deixam de produzir, o que causa o abandono das atividades tradicionais e migração para as cidades. Esses produtores, porém, não representam oferta de mão-de-obra, pois são, em geral, desqualificados, o que enseja uma marginalização dessa população e o agravamento da exclusão social e da pobreza.

Para a superação dos problemas da complexa e diversificada região amazônica, é preciso considerar a monocultura do saber, que valida apenas o conhecimento produzido segundo as regras estabelecidas por um padrão dominante. É importante que o conhecimento autóctone seja valorizado pela academia. A monocultura da história da Amazônia segue o paradigma da égide do progresso material. A política de ocupação da região, como por exemplo, da Serra de Carajás, representa experiências socialmente fracassadas.

É importante que se reconheça a cooperação (capital social) e a formação de redes sociais para valorização das pessoas em seu contexto espacial e de seus processos de produção autênticos. Em razão da monocultura da geografia, alguns atores dominantes acreditam que a globalização constitui um processo de padronização, em que a Amazônia é reduzida a um espaço de conexão, vazia de força interna e pobre de identidade. É preciso, porém, que se reconheça a complexidade regional e se assumam uma postura mais crítica dos

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

interesses excludentes, com base em teorias consistentes de integração.

O objetivo deste artigo é discutir a contribuição do turismo para a inclusão social dos povos da Amazônia, com base na realidade cultural da região, sob uma perspectiva histórica e socioeconômica. Como contexto de estudo, destaca-se o município de São João de Pirabas, no nordeste do estado do Pará.

Para tanto, o artigo está dividido em nove seções. A primeira discorre sobre o método utilizado para sua elaboração; a segunda, sobre a política governamental de ocupação territorial da Amazônia; a terceira disserta sobre os problemas de ordem ambiental na região. Na quarta e na quinta seções, aborda-se o valor de pertencer à Amazônia e os valores dos povos amazônicas, além da mudança de valores relacionados ao padrão de ocupação do território. Na sexta seção analisa-se a dificuldade de construir uma teoria crítica consistente para a Amazônia, que considere os autóctones como relatores da história da qual são protagonistas. Na seção seguinte, discute-se a importância do planejamento de base comunitária para o ecoturismo. Nas duas últimas seções, descreve-se a vivência *in loco* no município de São João de Pirabas-PA.

2. POLÍTICA GOVERNAMENTAL DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL DA AMAZÔNIA

A fase inicial do planejamento regional da Amazônia (1930-1960) correspondeu à implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas e foi muito mais discursiva do que ativa. A abertura da região foi impulsionada pela necessidade de unificar o mercado nacional, além do avanço da industrialização. No governo de Juscelino Kubitschek, ações efetivas afetaram a região como as implantações, em 1958, das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, duas grandes ligações contornando a fímbria da floresta. A partir daí, acentuou-se a migração que já se efetuava em direção à Amazônia, e a população regional cresceu de um para cinco milhões, entre 1950-60, de modo acelerado a partir de então. (BECKER, 2001).

Fleischfresser (2006) aponta a sistematização da ocupação planejada para os anos de 1960-1970, considera a abertura das estradas já citadas por Becker e acrescenta a transformação, feita pelo Estado, da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), além da criação do Banco da Amazônia (BASA), Zona Franca de Manaus e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), criadas para estimular o crescimento regional.

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

Assim, a ocupação da Amazônia foi estimulada pelo Estado. (FLEISCHFRESSER, 2006). No entanto, a região de ocupação rarefeita, que detém 60% do território e abriga apenas 12% da população nacional é um território visado pelos oportunistas. Em vez de patrimônio da humanidade, é vista como área de exploração de matérias-prima, tal qual o Brasil no período colonial.

A ocupação territorial na Amazônia hoje se dá de maneira ambígua. Ao mesmo tempo em que a região mobiliza recursos nacionais e internacionais para sua conservação, é ocupada de forma acelerada em função do esgotamento dos recursos naturais e do fechamento da fronteira agrícola nos demais estados brasileiros. (FLEISCHFRESSER, 2006). Esse fator também é reconhecido por Becker (2001), com base no projeto geopolítico para a modernidade acelerada da sociedade e do território nacionais, a partir do qual a ocupação da Amazônia assumiu prioridade (1966-1985) após ser percebida como solução para as tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste em razão da modernização da agricultura.

Becker (2001) também identifica que a ocupação foi percebida como prioritária frente à possibilidade de nela se desenvolverem focos revolucionários. No âmbito continental, duas preocupações se apresentavam: 1) a migração nos países vizinhos para suas respectivas amazônicas, que se localizam muito mais próximas dos seus centros vitais; e 2) a construção da Carretera Bolivariana *Marginal de la Selva*, artéria longitudinal que se estende pela face do Pacífico na América do Sul, visando a inseri-la na órbita do Caribe e do Pacífico, reduzindo a influência do Brasil no coração do continente. Finalmente, no âmbito internacional, vale lembrar a proposta do Instituto Hudson de transformar a Amazônia num grande lago para facilitar a circulação e a exploração de recursos, o que certamente não interessava ao projeto nacional.

Na região, conforme seu processo de ocupação, mantêm-se atividades extrativistas de drogas do sertão, que não geram um processo de acumulação e crescimento econômico, como nos locais onde os produtos são industrializados. No período recente, no entanto, de acordo com Fleischfresser (2006), apresenta-se um importante índice de crescimento econômico, que, a exemplo das demais regiões do Brasil, acontece de forma concentrada.

No contexto do PIB, destacam-se os estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso e Maranhão, que, em 2002, chegaram a responder por 82% do total regional. Esses estados concentram os mais importantes pólos do sistema produtivo local: mineração no Pará e

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

Maranhão; indústria e comércio (Zona Franca) na capital do Amazonas; agropecuários no Mato Grosso e Pará. No setor agropecuário, o Mato Grosso chama atenção por ter, entre 1970 e 1995, agregado cerca de 33 milhões de hectares, enquanto que os estados de Rondônia, Roraima, Tocantins e Pará, juntos, agregaram cerca de 25 milhões de hectares. (FLEISCHFRESSER, 2006). A concentração de renda nos estados da Amazônia é bem maior do que nos estados do Sul e do Sudeste.

Não se identificam, contudo, benefícios sociais proporcionais pelos avanços obtidos na dimensão econômica. Nas palavras de Fleischfresser (2006, p. 18):

O crescimento econômico nos estados da Amazônia Legal não foi capaz de promover progressos nas condições de vida, trabalho e cidadania para a maioria da população. Portanto pode-se concluir que os benefícios desse crescimento ficaram restritos a determinados segmentos sociais, os quais, por serem minoria, não chegam a alterar as estatísticas sociais.

A afirmação da autora pode ter validade frente aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Tabela 1 - Distritos, total e com algum serviço de saneamento básico, por tipo de serviço de saneamento básico, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Municípios das Capitais - 2000

Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Municípios das Capitais	Total de distritos	Distritos com algum serviço de saneamento básico				
		Total	Tipo de serviço			
			Rede geral de distribuição de água	Rede coletora de esgoto	Limpeza urbana e coleta de lixo	Drenagem urbana
Acre	22	22	22	3	22	11
Amazonas	81	72	62	1	71	30
Amapá	30	25	24	5	23	6
Maranhão	244	218	204	6	204	109
Mato Grosso	227	195	186	20	158	107
Pará	232	209	200	15	183	125
Rondônia	76	56	43	5	54	22
Roraima	15	15	15	2	15	4
Tocantins	151	150	146	4	144	47

Como pode ser observado na tabela acima, nos 1.078 distritos que compõem a Amazônia Legal, 83,67% possuem rede de distribuição de água; 5,65% possuem rede coletora de esgoto; 81,07% possuem algum tipo de limpeza urbana e coleta de lixo; e, 37,19% possuem drenagem urbana.

Segundo dados do IBGE (2006), sete municípios amazônicos, entre os quais seis capitais e um no interior do Pará, encontram-se entre os 100 maiores municípios com maior participação no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. As participações percentuais relativa e

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

acumulada, segundo municípios e respectivas Unidades da Federação, são: Manaus-AM (6°); Belém-PA (23°); São Luís-MA (28°); Cuiabá-MT (42°); Porto Velho-RO (90°); Barcarena-PA (92°) e Macapá-AP (96°).

3. A DIFICULDADE DE CONSTRUIR UMA TEORIA CRÍTICA SOBRE A AMAZÔNIA

A contradição do espaço amazônico pode ser facilmente percebida em diversos âmbitos. Do ponto de vista socioeconômico, o patrimônio natural amazônico é motivo de uma série de conflitos pela posse e uso. Enquanto a Amazônia dispõe de recursos naturais e, por não estar ocupada em sua totalidade, torna-se uma fronteira de expansão para as atividades produtivas que dependem de recursos naturais. (FLEICSHFRESSER, 2006).

Um exemplo prático da ambiguidade sobre o território amazônico pode ser percebido claramente na questão do investimento do G-7 no Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). O dinheiro emprestado a fundo perdido tem como finalidade financiar ações que invertam a ideia de proporcionalidade entre desenvolvimento e desflorestamento. Simultaneamente, o governo federal, com o programa Avança Brasil, objetivava, em 2000, implementar obras de infraestrutura na Amazônia, de acordo com os “eixos de desenvolvimento”, prevendo a abertura e pavimentação de estradas na região. Nesse cenário, a definição de políticas públicas consistentes é uma tarefa complicada. Mais complexa ainda é a formulação de uma teoria crítica consistente para a região.

Teoria crítica, na concepção de Horkheimer (apud Santos, 1999) fundamenta-se epistemologicamente na necessidade de superar o dualismo entre o cientista individual, promotor autônomo do conhecimento, e a totalidade da atividade social que o rodeia. Nessa análise, ressalta-se o conhecimento popular, de senso comum, das comunidades tradicionais da Amazônia, que foi relegado ao desprezo da comunidade científica.

Segundo Santos (1999), a teoria crítica é aquela que não reduz a realidade, considera-a como um campo de possibilidades ao que existe. Assim, a tarefa dos teóricos, ao pensar no contexto amazônico, é definir e avaliar a natureza e o âmbito das alternativas ao que está empiricamente dado. Para o autor, “a análise crítica do que existe assenta no pressuposto de que a existência não esgota as possibilidades da existência, e, portanto, há alternativas suscetíveis de superar o criticável no que existe”. (SANTOS, 1999, p. 197). Na Amazônia, o paradigma de crescimento é real e pode ser observado nos dados de Fleischfresser (2006), que

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

demonstram o aumento da participação da região na composição do PIB nacional, de 3,5%, em 1970, para 7%, em 2002. Essa realidade é criticável a partir do momento em que se constata que, nesse período, elevam-se também as desigualdades regionais, apesar de os pesos dos estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso e Maranhão se elevam em relação aos demais estados. É, portanto, à luz do desconforto diante daquilo que existe que se suscitam as teorizações críticas. (SANTOS, 1999).

A dificuldade de superação, por sua vez, desenha-se pela dificuldade da construção de uma teoria crítica. Segundo Santos (1999, p. 204), “as promessas da modernidade, por não terem sido cumpridas, transformam-se em problemas para os quais parece não haver solução”. Na realidade amazônica, coexistem dimensões de um mundo social pré-moderno e moderno, além de traços que se configuram como pós-modernos. Na era moderna, o espaço é arrancado do tempo, de forma que as pessoas, apesar de distantes umas das outras, não deixam de realizar trocas simbólicas, que as influenciam mutuamente.

Outro fator importante a ser considerado é o que Morin (2008) se refere, ao afirmar que, hodiernamente, os saberes são fragmentados, separados e compartimentados entre disciplinas (o que impossibilita apreender e analisar o complexo), enquanto que as realidades e problemas são cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, globais e planetários. Com a fragmentação dos saberes, chega-se a uma especialização, que se fecha em si mesma, impedindo a integração de pensamentos para a resolução de problemáticas globais. É importante, contudo, que se perceba, segundo o autor, que problemas particulares só podem ser analisados em um contexto do desenvolvimento próprio do presente século. Dessa maneira, a globalidade converte-se em complexo desafio, dado quando os componentes que constituem um todo são inseparáveis, e existe um tecido interdependente e interativo entre as partes e o todo. Assim, a complexidade aparece quando se enfrentam problemas modernos para os quais não há soluções modernas. (SANTOS, 1999).

Ao considerar os aspectos acima, afirma-se que o objetivo central de uma teoria crítica para Amazônia, muito mais do que abstrações, é desenvolver horizontes analíticos e conceituais, que fundamentem visões atitudes, sobretudo, daqueles que sentem que as razões da indignação e inconformismo não estão apoiadas pela indignação e inconformismo da razão. Uma teoria crítica visa a transformar-se num senso comum emancipatório. Por buscar a autoreflexão, os teóricos críticos sabem que não é por meio da teoria que a teoria se transforma em senso comum. A teoria crítica é a consciência cartográfica do caminho, que vai

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

sendo percorrido pelas lutas políticas, sociais e culturais, que ela influencia tanto quanto é influenciada. (SANTOS, 1999).

Além disso, é importante ter em mente, conforme ressalta Morin (2008), que somente se produz conhecimento quando se articulam as informações dispersas do saber. É preciso, portanto, reunir informações, pois elas estão fragmentadas, separadas. Não se forma uma visão sobre a situação humana para enfrentar os grandes desafios da época a fim de construir uma teoria crítica pela superação, para a reforma do pensamento sobre a Amazônia, sem que, acima de tudo, se considere o homem amazônico sob uma perspectiva histórica. “O engajamento histórico não é uma via de mão única e que busca o conhecimento do homem integral e total (...) não deve limitar-se a vê-lo como prisioneiro de estruturas asfixiantes, mas como espírito capaz de ser livre por sua própria criatividade”. (ODÁLIA, 1990, p.5). É preciso, portanto, dar voz aos personagens que fizeram a história, considerando que todo fenômeno histórico tem de ser explicado em termos de seu próprio tempo e não em função de tempos anteriores, conforme defendeu Bloch (apud BURKE, 1991).

Defende-se, então, que uma teoria crítica para a Amazônia seja fundamentada no conhecimento histórico da região e, como defende Febvre (apud BURKE, 1991), por meio de uma pesquisa interdisciplinar dos problemas. Nesse sentido, a produção de uma história sobre a Amazônia deva ser baseada em preceitos da psicologia histórica, considerando a memória e a linguagem coletivas, e as representações coletivas³, como proposto por Block (apud BURKE, 1991) em sua obra *La société Féodale*. Dessa maneira seria possível considerar questões relacionadas à coesão social na Amazônia, com vistas ao rompimento dos “laços de dependência”, ressaltando a adaptação às necessidades do meio social amazônico.

4. PLANEJAMENTO ECOTURÍSTICO DE BASE COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

De acordo com Knafou (1996), o turismo deve ser entendido como atividade humana, ainda que a palavra seja particularmente polissêmica e evoque, ao mesmo tempo, atividade social, fundamental a todo sistema econômico.

As políticas do desenvolvimento regional devem contemplar e beneficiar

³ Segundo Durkheim (1970), a vida coletiva e mental dos indivíduos são feitas de representações. Uma vez constituídas, as representações tornam-se realidades parcialmente autônomas, com vida própria, isto é, mesmo mantendo íntimas relações com seus respectivos substratos, as representações individuais e coletivas são, até certo ponto, independentes.

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

democraticamente as comunidades locais. Esse desenvolvimento é do tipo endógeno e, se combinado com políticas exógenas, pode potencializar os projetos de desenvolvimento local e regional, pois, para Barquero (2002, p. 211),

nos 1980 e 1990, a problemática territorial sofreu profundas alterações. As políticas tradicionais regionais demonstraram sua incapacidade de responder aos novos fatos e processos. A dinâmica territorial (mudanças econômicas e espaciais) já não pode ser explicada pelo conceito das disparidades regionais. Isso exige, efetivamente, um marco teórico e de análise distinto daquele que reduzia o problema às relações entre regiões ricas e pobres ou entre centro e periferia. (...) Manter uma estratégia como o repasse de recursos das regiões mais ricas para as mais pobres, além de ser ineficaz, revelava-se inviável, uma vez que a própria dinâmica dos processos neutraliza tal política.

Para que seja sustentável e tenha consistência, o novo paradigma de desenvolvimento deve mobilizar e impulsionar as potencialidades locais e contribuir para aumentar as oportunidades sociais e a competitividade da economia. Em consonância, deve-se assegurar a conservação dos recursos naturais, que são base das potencialidades e condição para a qualidade de vida dos habitantes. (BUARQUE, 2004).

O turismo sustentável deve, portanto, ser pensado sob uma ética de democratização de oportunidades e justiça social, compreensão da dinâmica de códigos e de valores culturais e compromisso global com a conservação de recursos naturais e preservação do patrimônio histórico. Deve ser encarado como uma alternativa de desenvolvimento, mas não a única, uma vez que o surgimento de novas destinações, ou também a sazonalidade, pode ocasionar o declínio dessa proposta. (RUSCHMANN, 2001).

O planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento do turismo em harmonia com os recursos naturais, culturais e sociais das regiões receptoras, minimizando ao máximo os impactos da busca incessante do crescimento econômico. Um dos entraves do desenvolvimento do ecoturismo é encontrar o ponto de equilíbrio entre conservar o meio natural e contemplar as populações tradicionais, que vivem em áreas propícias para o desenvolvimento da atividade, beneficiando-as no aspecto socioeconômico. Sobre essa perspectiva, a World Commission on Environment and Development afirma que o desenvolvimento sustentável:

Is not a fixed state of harmony, but rather a process of change in which exploitation of resources, the direction of investments, the orientation of technological development, and institutional change are made consistent

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

with future as well as present needs. We do not pretend that the process is easy on straightforward. (WCED, 1987, p. 9).

Em suma, o desenvolvimento sustentável prevê contemplar as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendido as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de realizar suas aspirações a uma vida melhor. De acordo com Redclift (2000):

Sustainable development requires a broader view of both economics and ecology than most practitioners in either discipline are prepared to admit, together with a political commitment to ensure that development is sustainable. (REDCLIFT, 2000, p. 33).

Tais características são primordiais para o sucesso da implantação da atividade ecoturística, porém, difíceis de serem colocadas em prática, principalmente, quando se cogita a integração do desenvolvimento econômico à exploração dos recursos naturais e culturais. Um exemplo prático é o Ecoparque de Una, localizado no município homônimo no estado da Bahia. Tornou-se uma referência regional e, mesmo nacional, como um projeto bem-sucedido de ecoturismo, ou pelo menos se aproxima aos requisitos. Ainda que não se tenha equacionado a questão do déficit financeiro, conforme exposto pela ONG que gerencia o parque em seu relatório de atividades de gestão, o projeto se encaminha para a auto-sustentabilidade, mantendo critérios rigorosos de visitação com mínimo impacto ambiental e social. O objetivo do projeto é cumprir seu papel social influenciando a população local, proprietários de terras, empresários e governantes a proteger a floresta, sendo um fator de desenvolvimento socioeconômico. Incentiva também a criação de novas reservas particulares do patrimônio natural na região, conhecidas como RPPN's.

Para o planejamento do ecoturismo não bastam técnicas e ferramentas práticas de elaboração de planos e projetos. Refletir intensamente sobre a atividade e seus objetivos de sustentabilidade econômica social e ambiental é fundamental para o sucesso na sua implantação, de forma a atender aos seus princípios. A introdução dos métodos desenvolvidos para planos de ecoturismo é essencial para se alcançar objetivos de conservação e desenvolvimento local.

Assim, o planejamento evita riscos demasiados, permite maximizar os benefícios para conservação e incrementar o envolvimento e a organização comunitária. Além disso, otimiza

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

recursos humanos e financeiros, pois contribui para minimizar os impactos indesejáveis aos recursos naturais e culturais. (WWF, 2003). O planejamento é um instrumento sistemático, complexo, que tem por finalidade alcançar resultados satisfatórios, tanto para estatais quanto para empresas da iniciativa privada, além de desenvolver mecanismos e métodos quantitativos e qualitativos de cumprimento do controle organizacional.

O planejamento, em sua concepção abrangente, é o estágio inicial para configuração de produtos e serviços turísticos em um determinado espaço, porém, alguns elementos são fundamentais para o sucesso, nas diversas perspectivas da necessidade humana. Um deles é a parceria, como processo de cooperação mútua entre duas ou mais partes interessadas, comprometidas com a satisfação de interesses comuns ou complementares.

Como forma de mitigar as ações exercidas sobre o meio social e ambiental, prática muito trabalhada pelos governos tecnocratas, surgiu o planejamento participativo. Trata-se de uma abordagem administrativa para reavaliar as contradições existentes no modelo anterior, com uma nova postura na forma de gerir, sendo a população local a parceira mais importante.

Ao falar em planejamento participativo, remete-se ao valor do capital social, cujo conceito surgiu na década de 1990, e ainda se estudam definições para esclarecer se é um ativo, uma metáfora ou um modismo e se sua existência é espontânea ou deliberada. Albagli e Maciel (2003, p. 424) destacam que o primeiro conceito de capital social foi formulado pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1980):

O agregado de recursos reais ou potenciais que estão ligados à participação em uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de mútua familiaridade e reconhecimento [...] que provê para cada um de seus membros o suporte do capital de reciprocidade coletiva.

De acordo com Coleman (1994), capital social é a capacidade de as pessoas se unirem visando a objetivos comuns. A premissa dessa articulação e organização é a confiança. A união das pessoas é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e sociopolítico. Como sinais de declínio da confiança entre as pessoas e nas instituições, Fukuyama (1996) identifica a deterioração das famílias e o aumento das demandas judiciais nas relações sociais, políticas e comerciais. Para Costa (2002, p. 25), “o capital social não está nas contas bancárias, nos armazéns, nos silos, nos depósitos e nem nas plantações. O capital social é um tipo de riqueza que está nas pessoas e se manifesta nas relações entre elas”.

A necessidade de envolver as populações tradicionais nas discussões é inerente à condução de políticas, visto que o modelo adotado no período anterior, o tecnocrata, não

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

satisfazia mais esse contingente populacional. Ainda que por meio de um processo conturbado, esse segmento da sociedade garantiu, em parte, sua parcela de contribuição à condução política do Estado. Segundo Almeida (2002, p. 38), a visão compartimentada e conservadora dos governos quanto à questão do território tem desvinculado o ambiente das questões sociais e econômicas. O desencadeamento de ações isoladas em prol da questão ambiental gera conflitos com o desenvolvimento. Essas ações ficam condicionadas às pressões exercidas pelos setores econômicos, como também são prejudicadas pela emergência na solução de certos problemas sociais.

5. O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE PIRABAS E SUAS POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO ECOTURÍSTICO⁴

O município de São João de Pirabas, localizado na mesorregião do nordeste paraense e na microrregião do Salgado, possui significativo potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, não só pela grande quantidade de áreas pouco exploradas, mas também pelos seus aspectos culturais. O nome deve-se à existência da piraba, peixe que era abundante nas águas doces de seus rios. Segundo moradores, a abundância da espécie nos recursos hídricos da cidade é resultado do culto e da devoção praticada pelos habitantes ao Santo João, daí o surgimento do nome do lugar.

Hoje, o município recebe um número expressivo de visitantes, cujo significativo crescimento nos últimos sete anos é relacionado principalmente à construção do Memorial Místico do Rei Sabá, localizado na Ilha da Fortaleza. O memorial é palco de uma das principais festividades do município. Atrai diversos visitantes de municípios vizinhos, acarretando impactos negativos ao ecossistema devido ao processo de massificação.

Além da área continental, o município detém uma área insular considerável, em que se destacam três ilhas, com relevância para o desenvolvimento do ecoturismo. São quase inexploradas, exceto a ilha da Fortaleza, com maior incidência antrópica.

A seguir, apresentam-se os principais atrativos naturais no município de São João de Pirabas, a fim de que possam ser analisados sob uma perspectiva do desenvolvimento turístico

4 Adaptado de Nóbrega, Wilker Ricardo ; CISNE, R. N. C. ; GOMES, Izabela Damares . (Eco)Turismo no Litoral Amazônico Brasileiro: Uma Opção Sustentável no Município de São João de Pirabas, Estado do Pará ?. In: III AMFORTH PARA AMÉRICA LATINA, 2006, São Paulo. Anais da III AMFORTH PARA AMÉRICA LATINA (2006) CD-ROOM, 2006.

sustentável.

a) **Ilha da Fortaleza:** Localizada ao norte da cidade, possui belas praias com encantos naturais quase inexplorados. É berçário de guarás, garças brancas, marrons e pretas. A principal praia é a do Castelo, onde se encontra o Memorial Místico do Rei Sabá.

b) **Ilha do Coqueiro:** Bastante piscosa, propícia à prática de pesca esportiva, já explorada de maneira não organizada por empresários do setor turístico do município vizinho, Salinópolis. A praia do Buraco é a mais frequentada da Ilha, principalmente, nos meses de férias escolares. A praia do Tuncundeua tem grande diversidade de aves como Japiins, gaviões, entre outros. Também é possível observar macacos na vegetação da ilha.

c) **Ilha do Itarana:** Atrativo municipal com maior infraestrutura no município. Há um hotel fazenda onde são oferecidos serviços de alimentos e bebidas. Empresários locais dispõem de serviços de guias para realização de trilhas. Os equipamentos não são adequados para a prática do ecoturismo.

d) **Memorial Místico do Rei Sabá:** No ano de 2000 foi recuperada a pedra do rei Sabá e adicionadas mais quatro estátuas, que representam entidades dos cultos afro-brasileiros: Mariana, Iemanjá, Zé Raimundo e Jarina. O local passou a ser referência para rituais de Umbanda e muito frequentado por seus adeptos. A festa é organizada pelos pais de santo do município e atrai adeptos e simpatizantes da Umbanda de todo o Pará e de outros estados.

e) **Casa do “Alemão”:** Construída por um alemão no final do século XIX com materiais regionais como pedras e argamassa (mistura de argila e calcário obtido da calcinação do sarnambi). A casa chama atenção, principalmente, pelas paredes com 42cm de largura e seu curioso sistema de distribuição de água para os diversos cômodos.

Também no município é possível acompanhar manifestações culturais e religiosas como o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, Festa de Nossa Senhora da Conceição, Festa de São João Batista, Festividade de São Pedro, Festival do Rei Sabá.

Há muitas possibilidades de criar produtos ecoturísticos no local, porém, não se podem esquecer os riscos de possíveis impactos relacionados à gama de modificações ou à sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico das localidades receptoras, corriqueiras em diversos municípios.

O grande questionamento gerado no município, em relação aos entraves para o desenvolvimento do turismo, é sobre o acesso às ilhas, uma vez que é dependente do fluxo de

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

marés. Por outro lado, se as vias forem facilitadas, a tendência é a ocorrência do processo de massificação, principalmente, por turistas, ocasionando maior impacto sobre a área visitada. Contudo, não há somente impactos negativos da prática ecoturística, há possibilidade de aspectos positivos como: motivações à criação de áreas de proteção⁵, programas de proteção da fauna e flora, além de os empreendedores poderem investir em medidas preservacionistas, a fim de manter a qualidade e a atratividade dos recursos naturais.

O estímulo à instalação de equipamentos como, por exemplo, “resorts”, geralmente não acompanha a compatibilidade de sua estrutura em harmonia com o meio, o que conseqüentemente ocasiona uma poluição arquitetônica. Outro ponto a ser destacado é o acúmulo de resíduos sólidos e líquidos nos locais visitados provocando, por exemplo, poluição dos mananciais de água.

Há uma dificuldade em identificar negócios de ecoturismo bem sucedidos no estado do Pará, principalmente, quando se correlacionam os princípios gerais do segmento para efetivação de produtos rotulados como tal. A melhoria de qualidade de vida das populações tradicionais talvez seja a variável mais complexa para se equacionar, haja vista que diferentes interesses dificultam a organização comunitária e, conseqüentemente, uma relação amigável entre os atores envolvidos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia é um território rico em biodiversidade, mas também em cultura, costumes e povos. É importante que, ao se olhar para o território amazônico, se visualizem a dimensão sociocultural, os saberes e o capital social de suas comunidades, para valorizar tanto a dimensão ambientalista quanto as perspectivas sociais.

Lendas, mitos e misticismo são fatores que compõem o imaginário do caboclo amazônida, seus modos de vida, suas formas de relacionamento com a floresta e com seus semelhantes. Não só sob a égide do imaginário, mas também dos saberes populares. Saberes que foram adquiridos com o tempo, na dialética do convívio do homem com a natureza, com o espaço onde vive, por meio de suas adequações às possíveis mudanças e intervenções

⁵ As unidades de Conservação são classificadas em dois grandes grupos: Unidades de Proteção Integral e de uso sustentável, ou seja, áreas de uso indireto que permitem tanto a conservação quanto a prática recreacionista (turismo). Para maiores detalhes ver CÂNDIDO, em sua obra Turismo em áreas naturais protegidas. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

naturais.

Assim, valorizar do homem amazônico, conforme defendido neste trabalho, deve transcender as dimensões de imaginário muitas vezes relegados ao plano de estórias inventadas pelo mau entendimento de planejamento turístico, que o diminui a processos mercadológicos e ao marketing. Não se defende, porém, que o turismo seja a solução ou a única alternativa de valorização, ou única alternativa de desenvolvimento endógeno para a região, mas vislumbra-se essa atividade como possível iniciativa de fomento ao sentimento de pertencimento no reconhece-se cidadão amazônico.

Sob essa perspectiva, a atividade turística pode contribuir para a solução dos problemas ambientais, como também ser instrumento ou estratégia de compreensão do homem amazônico, valorizando sua própria cultura e identidade por meio da consciência de pertencimento e de propriedade do território pelo autóctone.

O município de São João de Pirabas possui atrativos favoráveis ao desenvolvimento de um turismo com base sustentável. Para tanto, é preciso que o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil cooperem e formem parcerias para fomentar o setor no município.

O que se observa no município de São João de Pirabas é um processo de organização comunitária muito incipiente, o que dificulta a configuração de produtos “autênticos”, haja vista que grande parte dos serviços turísticos são por empresários do município vizinho, não havendo a participação efetiva da população local. Tal procedimento gera um conflito entre diversos atores, inclusive, em meio de empresários dos municípios vizinhos. Para sua minimização disponibiliza-se do método do planejamento participativo.

Sob esse prisma de planejamento e gestão compartilhada, ou coletiva, o Ministério do Meio Ambiente Brasileiro (MMA) conduz o processo de implementação do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR), buscando atender as necessidades de todos os atores da sociedade que ora têm interesse no desenvolvimento da atividade do ecoturismo. A parceria é uma condição a ser enfatizada no processo de planejamento. Faz-se, no entanto, necessário identificar quais os parceiros potenciais para o desenvolvimento da prática do ecoturismo no município de São João de Pirabas-PA.

O ecoturismo, entretanto, não pode ser a única alternativa, ou a atividade predominante, pois qualquer alteração na demanda, como, por exemplo, o aparecimento de destinos concorrentes, pode causar problemas de ordem econômica e social, em função da restrição na geração de receitas. O ecoturismo deve ser considerado atividade complementar e

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

integrada às outras atividades locais, impulsionando-as, fortalecendo-as e contribuindo para a circulação regional dos recursos provenientes da visitação.

Para tanto, é preciso desenvolver mecanismos de estímulo à população local, por meio da produção de alimentos, serviços, artesanato, a fim de suprir a necessidade de consumo da demanda gerada pelo ecoturismo e da própria população, evitando-se a evasão e promovendo-se a retenção e a multiplicação de renda.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBAGLI, Sarita e MACIEL, Maria Lúcia. Capital social e desenvolvimento local. In: LASTRES, M. H. et al. **Pequena empresa: Cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- ALMEIDA, J. R. MALHEIROS, T. M. MORAES, F. E.SOUZA J. B. M. **Planejamento ambiental: caminho para participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum, uma necessidade, um desafio**. 2 ed. Rio de Janeiro: Thex, 2002.
- BARQUERO, Antonio Vazquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2002.
- BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? IN: **Parcerias estratégicas**. N. 12. SETEMBRO 2001
- BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Gramond, 2004.
- BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: A escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Editora Universidade Estadual paulista, 1991.
- COLEMAN, J. S. **Foundation of social theory**. Cambridge MA: Harvard University, 1994.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Por uma cultura de cooperação**. Brasília: SEBRAE, 2002.
- FLEICSHFRESSER, Vanessa. **Amazônia: Estado e sociedade**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores associados). 2006.
- FUKUYAMA, Francis. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- KNAFOU, Remy. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. IN: RODRIGUES, A. A. B. (org). **Turismo e Geografia: reflexões e enfoques regionais**. São Paulo: Aucitec, 1996.
- ODÁLIA, Nilo. **Apresentação**. IN: BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: A escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Editora Universidade Estadual paulista, 1991.
- REDCLIFT, M. **Sustainable development: exploring the contradictions**. London: Roudge Press, 2000.
- RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente**. Campinas. Ed. Papirus, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Por que é tão difícil construir uma teoria crítica? IN: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. N 54. Junho, 1999.
- WWF. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília, 2003.